

DEBATES

Feminismo para os 99%: Um manifesto

de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

Tradução de Heci Celina Pinto (São Paulo: Boitempo, 2019)

Feminismo para os 99%: um debate

Jéssica Omena Valmórbida

jessicavalmorbida@usp.br

(Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Publicado no contexto posterior à eleição de Donald Trump, o *Manifesto Feminista para os 99%: um Manifesto* invocava as mulheres a se engajarem numa luta de resistência ao avanço das políticas neoliberais. A chamada de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser para insurgência grevista das mulheres no 8 de Março revitalizou os ânimos para a atuação política e nos admoestou a não nos deixarmos seduzir pelas proposições meritocráticas de um neoliberalismo progressista.

Construído sob os termos de denúncia das desigualdades, sobretudo econômicas, apontadas pelos movimentos do *Occupy*, o feminismo para os 99% se opõe ao 1% que controla a economia global. Ainda que claramente de orientação marxista, o *Manifesto* não se alinha à tradição sem revisões. É nesse sentido que procura rejeitar “o reducionismo de classe de esquerda que entende a classe trabalhadora como uma abstração vazia, homogênea” (p.123). A classe é composta por todas as relações que formam e repõem a mão de obra e deve ser entendida como um marcador que, em combinação com outros, aloca sujeitos em lugares sociais hierarquizados. Nesse texto, gostaria de dialogar com a resenha de Yara Frateschi¹ e colocar algumas questões sobre o *Manifesto*, a fim de pensarmos os moldes de um feminismo anticapitalista, antirracista, anti-imperialista e que preze pela justiça ambiental na atualidade.

1 Publicada em outubro de 2019. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2019/10/18/resenha-de-fraser-nancy-aruzza-cinzia-bhattacharya-tithi-feminismo-para-os-99-um-manifesto-sao-paulo-boitempo-2019>. Acessado em 25/06/2020.

Feminismo Liberal e Neoliberalismo Progressista

Traduzido em mais de uma dezena de países, cada edição do *Manifesto* se empenhou em situar as proposições ao seu contexto. Na edição brasileira, o prefácio de Talíria Petrone procurou situar o diagnóstico do livro para a situação brasileira: um crescimento célere da desregulação dos mercados e aumento das formas de violência.

A última PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) feita em 2019 mostrou que houve uma piora significativa nas condições de vida. A renda média do trabalhador entre todos em idade ativa caiu. Não surpreende que a perda de renda seja maior entre aqueles grupos mais vulneráveis: jovens entre 20 e 24 anos (-17,76%), analfabetos (-15,09%), moradores da região Norte (-13,08%) e Nordeste (-7,55%) e pessoas de cor preta (-8,35%). Todos esses grupos tiveram uma redução na renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral. O único grupo tradicionalmente marginalizado que não sofre perdas são as mulheres (2,22%). O “diferencial” das mulheres é ter mais escolaridade.² À primeira vista esse dado parece um ganho, mas ele diz muito sobre as armadilhas que o *Manifesto* procura elucidar: a possibilidade de ascensão social mediante acesso ao ensino superior e melhores cargos no mercado de trabalho está longe de ser possível para a imensa maioria das mulheres. Contentar-se com melhores cargos no mercado de trabalho seria aderir a um feminismo liberal.

O feminismo liberal é aquele que “propõe uma visão de igualdade baseada no mercado” e que se recusa “a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres” (p.37). Este é encarnado no *Manifesto*, de um lado, pela figura de Hilary Clinton - cuja derrota nas eleições presidenciais deixou claro que houve uma “dissociação cada vez mais profunda entre a ascensão das mulheres da elite a altos cargos e as melhorias na vida da vasta maioria” (p.28) - e, de outro, pelo slogan do “faça acontecer”, defendido por Sheryl Sandberg. Posto como o grande inimigo a ser combatido, o ardil do feminismo liberal está justamente em eleger algumas poucas mulheres para servir de bode expiatório a favor daqueles que insistem em dizer que não há mais desigualdade de gênero. Operando a partir dessa lógica, as mulheres, longe se emanciparem, procurariam uma oportunidade igual para a dominação capitalista.

O feminismo liberal é melhor compreendido à luz do diagnóstico mais geral de um neoliberalismo progressista, que incorpora elementos da política progressista para aumentar o apoio político e sua hegemonia. Esse neoliberalismo “celebra a diversidade em benefício próprio” e “combina ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização” (Fraser, 2017). Nesse sentido, incorpora pautas que

2 O relatório peca nesse ponto por não fazer o recorte de raça quando se refere ao aumento da escolaridade entre as mulheres. FGV Social. “A Escalada da Desigualdade - Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza?” Novembro/2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acessado em 25/06/2020.

resistiam a ele e drena seus potenciais emancipatórios.

Atentas às formas de cooptação mais recentes e de verniz progressista, não só do feminismo, mas também das pautas LGBTQI+ - como estratégia política ou de marketing, que vai de lojas até políticas de Estados, como faz Israel - as autoras denunciam o *pink washing* das grandes corporações. Um neoliberalismo progressista percebe que o dinheiro do público homossexual vale tanto quanto de qualquer grupo. Aliás, vale até mais: o *pink money* a âmbito global é estimado em US\$ 3 trilhões/ano, montante correspondente ao PIB da França.³ Em 2015, pela primeira vez em quase duzentos anos de existência, a Tiffany & Co. fez uma propaganda com um casal de homens. Novamente, antes de comemorarmos o aumento da representatividade no mercado, é preciso ressaltar que mesmo as comunidades LGBTI+ são atravessadas pelas relações de poder que estruturam a vida social.

Os homens gays brancos são os que têm maior poder de compra e são os que mais consomem: “as novas formas de ‘normalidade gay’ pressupõem a normalidade capitalista” (p.72). A “respeitabilidade” advinda do poder de compra os blindam um pouco mais de sofrer as violências que os outros sujeitos abarcados pela sigla sofrem: “a aceitação dessa camada social não apenas coexiste com a marginalização e a repressão duradoura de pessoas *queer* pobres como participação na “*pink washing*” (p.73). Como lembra Frateschi, “novos direitos não têm impedido a escalada da violência contra pessoas LGBTQ+ (o Brasil é o país que mais mata essa população nas Américas), como também não têm sido suficientes para abarcar as demandas da sua parte mais pobre e racializada” (Frateschi, 2019).

O *Manifesto* nos adverte que um feminismo para os 99% não pode isolar o gênero dos outros marcadores sociais, deve se associar a pautas antirracistas, anticapacitistas, ambientalistas, aos trabalhadores imigrantes, ser transinclusivo e anti-imperialista. É nesse sentido que devemos lembrar que empoderamento - conceito este também apropriado e esvaziado - longe de ser uma escalada individual ou de um grupo específico pela ascensão social ou econômica, deve ser um processo de avanço coletivo, um processo de melhoria nas formas de vida de todas as pessoas despossuídas (Davis, 2017, p.17)

Se por um lado é imprescindível estar em alerta para as apropriações que o capitalismo faz dos movimentos sociais, minando, assim, seus potenciais emancipatórios, por outro, o modo como as autoras constroem o inimigo tem consequências dignas de atenção.

Em primeiro lugar, é preciso atentar que não há um avanço linear dos movimentos sociais. Pelo contrário, os pequenos avanços das mulheres foram acompanhados de reações bastante conservadoras. Nesse sentido, a ascensão da nova direita no Brasil e no mundo embaça o diagnóstico de que o neoliberalismo “progressista” circula bem aceito no tecido social. Em 2019, apenas 13% das empresas no Brasil possuía mulheres

3 Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262>. Acessado em 25/06/2020.

nos altos cargos de liderança.⁴ De modo geral, essas empresas eram consideradas “pequenas”: majoritariamente de capital fechado, com administração familiar, com poucos funcionários e em áreas ligadas a vendas, recursos humanos e marketing e ainda passam longe de áreas ligadas a tecnologia e engenharia. Ao projetar o inimigo nas mulheres que ocupam o 1% dos altos escalões nos mercados, as autoras colocam o marcador de classe como o único a partir do qual se pode estabelecer alianças. A projeção do inimigo a ser derrotado nas pouquíssimas mulheres que ocupam altos cargos, ainda, faz com que o recorte de classe se sobreponha ao de gênero e, assim, oblitere alianças interclasses de mulheres.

Vale lembrar o caso de Anita Hill, procuradora e acadêmica estadunidense que na década de 1990 denunciou seu supervisor de trabalho, Clarence Thomas, um juiz Associado da Suprema Corte dos Estados Unidos - segundo homem negro a integrar a Corte - por assédio sexual. Na ocasião, grande parte dos senadores e políticos com os quais trabalhava questionou a veracidade da denuncia. Frente a isso, muitas mulheres saíram em defesa de Hill, mesmo que discordassem de sua posição política e que não estivessem no mesmo patamar social. Afirmavam que o privilégio sexual dos homens os impediria de compreender o raciocínio e os motivos de uma mulher que busca uma carreira estável. O contexto ainda foi atravessado pelo viés racial. Setores dos movimentos feministas negro, ao mesmo tempo em que acreditavam em Hill, simpatizavam com a defesa Thomas Clarence de que ele estava sujeito a uma acusação racista e a um linchamento racial bastante sofisticado.

Os marcadores sociais de diferença não são lentes estáticas que se revezam em ordem de prioridade para analisar as opressões. Antes, são emaranhados instáveis mobilizados para compreender a complexidade das formas de dominação no presente. A percepção do que é privilégio não pode ser definida somente a partir do anticapitalismo: um homem branco pobre não é visto da mesma maneira que um homem negro na mesma condição de renda. Mesmo dentro do “proletariado” há formas multifacetadas de precarização e, nessa medida, trabalhadores sindicalizados e com contratos estariam em posição de privilégio frente aos prestadores de serviço. Construir alianças a partir do marcador de classe, sem se atentar para as outras formas de poder que atravessam os sujeitos situados, é reproduzir o sujeito universal que escamoteia as diferenças e impossibilita qualquer mudança social efetiva.

Em tempos de ascensão de forças regressivas e misóginas, representadas por fenômenos como Trump, Erdogan e Bolsonaro, o quão profícuo é projetar em duas mulheres as formas mais perversas de cooptação do feminismo pelo capitalismo neoliberal? Um feminismo para os 99% precisa pensar em estratégias para enfrentar autoritarismos e desrespeito aos marcos legais das democracias liberais, pois avança pouco se concentra energias no açoite do espantalho da CEO do Facebook.

4 Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/10/15/apenas-13percent-das-empresas-brasileiras-tem-ceos-mulheres.ghtml>. Acessado em 25/06/2020.

O que é ser anticapitalista no século XXI?

O *Manifesto feminista* não titubeia em se intitular anticapitalista, assim como o fizeram Marx e Engels - e certamente é com essa tradição que Aruzza, Fraser e Bhattacharya se alinham. No *Manifesto* de 1848, contudo, a proposição sobre o que é ser anticapitalista era clara: a defesa do fim da propriedade privada dos meios de produção e a consequente mudança das relações de produção. Dada a inserção na tradição e seu posicionamento, o *Manifesto Feminista* não deveria deixar de esclarecer o que significa ser anticapitalista o século XXI. O anticapitalismo é possível enquanto uma postura moral contra as injustiças que são desveladas ou é uma postura prática e propositiva em direção à construção de uma alternativa em prol do desenvolvimento humano?

É ao final do livro que as autoras sugerem o que entendem por uma postura anticapitalista: “lutar por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro” (p.118). A reivindicação pela reorientação das relações sociais de reprodução e produção requer que se pense em quais arenas e sob quais formatos essa luta se constrói, se não, tal como formulada, a proposição corre o risco de prescindir da dimensão política.

Segundo as autoras, é preciso recolocar as questões materiais - que parecem ter sido esquecidas em nome das pautas identitárias - no centro das atuações feministas: “as grevistas reestabeleceram *as raízes históricas quase esquecidas dessa data*: a classe trabalhadora e o feminismo socialista” (p.32). Nessa medida, “a principal inovação dos movimentos atuais é a adoção e a reinvenção da greve” (p.121).

A “reinvenção da greve” significa reinserir a classe nos movimentos feministas e reivindicar políticas públicas para a reprodução social: “é na esfera da reprodução social que encontramos muitas das mais combativas greves e resistências” (p.34). Nesse sentido, o *Manifesto* tem como intenção “promover esse *outro* feminismo que preencha o vácuo deixado pelo declínio do neoliberalismo (p.29). Qual seria esse “novo” feminismo e de qual feminismo a questão material esteve fora?

A Crise da Reprodução Social

O diagnóstico construído pelas autoras é o de que o capitalismo contemporâneo se encontra em uma crise interstícia de matriz tríplice que, ainda que intimamente enredada no aspecto econômico, não poderia simplesmente ser subsumida a ele. Há uma crise ecológica - porque lidamos com a natureza como uma “torneira liberando a energia e matéria prima” e, por outro, porque a tratamos como uma “pia” absorvendo os resíduos (p.102); uma crise política quando alocamos questões fundamentais da vida e da morte para os domínios do mercado - e é nesse sentido que o capitalismo está destinado a frustrar as aspirações democráticas; e uma crise da reprodução social, ao ter o trabalho reprodutivo livre como condição *sine qua*

non para a formação de trabalhadores, mas não remunerá-lo. E é a partir desse último ponto que as mulheres estão reinventando a greve: “não é apenas no local de trabalho, mas também gira em torno da reprodução social” (p.122).

Se na teoria marxiana a força de trabalho é aquela que produz valor, ela mesma é produzida e reproduzida fora do espaço de produção capitalista. É na esfera do lar e executadas majoritariamente por mulheres, que as atividades como a criação dos filhos, cuidados da casa, satisfação das necessidades materiais, emocionais e sexuais do homem produzem e reproduzem a mão de obra. As autoras nos lembram que a hierarquização entre homens e mulheres na sociedade capitalista deve ser interpretada como um efeito do ocultamento da reprodução como uma fonte de acumulação capitalista, enquanto o capital se aproveita da condição não assalariada do trabalho envolvido. Ora, a reivindicação da Teoria da Reprodução Social como um viés primordial da manutenção do capital não é exatamente algo novo nas teorias feministas. Muitas das pautas trazidas pelo Manifesto - o feminismo antirracista, as limitações do feminismo carcerário, de um feminismo que não fosse interseccional - já estavam presentes nos trabalhos de Angela Davis desde os anos 1980, “embora ela não seja citada e não assine o Manifesto”, como lembra Frateschi (2019).

A formação de uma resistência feminista anticapitalista transnacional requer o estabelecimento de “alianças robustas, de ampla base” (p. 123), que superem “a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe” (idem, p.34). As autoras assumem que é preciso enfrentar o desafio que permeia as disputas políticas e de posição social de construir alianças que não escamoteiem as diferenças, mas parecem incorrer no erro que apontam, ao não considerar que o estatuto das relações da esfera privada não é unívoco entre as mulheres. Patricia Hill Collins mostra como o trabalho doméstico das mulheres negras não tem só um caráter de dominação, mas de empoderamento:

Ao enfatizar as contribuições das afro-americanas para o bem-estar de suas famílias, tais como manter as famílias unidas e ensinar habilidades de sobrevivência às crianças, esses estudos sugerem que as mulheres negras veem o trabalho não remunerado prestado a suas famílias mais como uma forma de resistência à opressão que como forma de exploração pelos homens (Collins, 2019, p.101).

Uma sororidade efetiva requer que as feministas brancas e do norte global dialoguem e reconheçam “quando se envolvem em estratégias políticas que as feministas negras e terceiro mundistas já têm teorizado e praticado há muito tempo” (Bhandar e Silva, 2017).

O “nós” universal e a sororidade abstrata

As feministas para os 99% afirmam que “nada que mereça o nome de ‘libertação das mulheres’ pode ser alcançado em uma sociedade racista e imperialista” (p.94),

ainda que não explorem o que tenha sido o colonialismo ou quais são suas consequências no campo da produção da subjetividades, na produção política, filosófica ou artística. A proposta do *Feminismo para os 99%* de criar uma frente ampla, internacional e que não homogenize as diferenças recoloca, em outros termos, a reivindicação feita por bell hooks em *O Feminismo é para Todo Mundo* (2000): a importância de construirmos um movimento feminista de massa, de tal modo que a justiça social resultante da luta das mulheres possa mudar todas as vidas. Em suma, o *Manifesto* assume diversas questões que têm sido apontadas há décadas por feministas negras e terceiromundistas, sem que sejam, contudo, mencionadas de maneira explícita.

Um feminismo para os 99% deve se construir em diálogo com sujeitos cujos *pontos de vista* não reiteram os lugares tradicionais da produção do saber e não pode ser neutro em relação à produção de uma epistemologia norte centrada. Nesse sentido, para não tropeçar na postura missionária denunciada por Lélia Gonzalez, é preciso que as feministas brancas se deixem revisar e desafiar por feminismos não brancos e não do norte global; que usem os espaços de fala que conquistaram para projetar vozes outras, e não falar por elas.

No limite, o *Manifesto* não mapeia saídas para os problemas que levanta, assumindo mais um tom de denúncia ao apontar as contradições que, por mais invisibilizadas que sejam, têm grande efetividade material. As autoras cumprem o papel teórico cujo ofício é apontar as contradições e estão cientes de que as práticas sociais se mantêm - ou se modificam - com a anuência e ação dos sujeitos nelas envolvidos: ainda que não aponte a gênese das contradições, o *Manifesto* nos lembra que há contradições e que está a cargo de uma militância teórica e prática explorá-las.

Referências

- Aruzza, Cinzia. Bhattacharya, Tithi. Fraser, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.
- hooks, b. (2018). *O Feminismo é para todo mundo*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bhandar, B. Silva, D. F. (2017). *A Síndrome cansei da feminista branca*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/sindrome-cansei-da-feminista-branca-uma-resposta-nancy-fraser/>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.
- Collins, P. H. (2019) *Pensamento Feminista Negro*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fraser, N. (2017). *Como o feminismo se tornou empregada do capitalismo*. Recuperado de <https://iela.ufsc.br/noticia/como-o-feminismo-se-tornou-empregada-do-capitalismo-e-como-resgata-lo>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

Frateschi, Y. (2019, 18 out.). Resenha de: Fraser, Nancy; Aruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi. *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019. *Boletim Lua Nova*. Recuperado de: <https://boletimluanova.org/2019/10/18/resenha-de-fraser-nancy-aruzza-cinzia-bhattacharya-tithi-feminismo-para-os-99-um-manifesto-sao-paulo-boitempo-2019>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Recebido em: 28.05.2020

Aceito em: 26.06.2020

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

